

Relatório Anual

2013

Relatório Anual

2013

*Associado ao que
há de melhor.
Associado a você.*

SUMÁRIO

Mensagem da Administração	3
Relatório da Administração	5
Política Operacional	5
Avaliação de Resultados	5
Ativos	5
Captação	5
Patrimônio Líquido	5
Política de Crédito	6
Plano de Negócios	6
Governança Corporativa	6
Conselho Fiscal	7
Código de Ética	7
Sistema de Ouvidoria	7
Gerenciamento de Risco e de Capital	8
Agradecimentos	9
Balanços Patrimoniais	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	16
Parecer do Conselho Fiscal	29
Relatório de Auditoria Sobre as Demonstrações Contábeis	30

Mensagem da Administração

“Fé é assim, você bota o pé, que Deus coloca o chão”

Prezados associados e associadas do Sicoob Credicampo,

É com satisfação que compartilhamos com vocês mais um ano de bons resultados alcançados na luta diária para lhes proporcionar os melhores serviços e produtos financeiros. Resultados estes obtidos com a inabalável crença nos diferenciais do cooperativismo, do compromisso com a transparência, com a ética, com a isonomia no tratamento aos associados, tendo sempre como foco a sustentabilidade e perpetuidade da nossa instituição.

O Sicoob Credicampo, comemorando 28 anos de existência, encerrou o ano de 2013 retornando aos associados quase meio milhão em juros ao capital, consolidando a política de valorização do capital, com remuneração acima do rendimento da poupança. Com isso, o associado confirma a importância e as vantagens de investir na sua cooperativa, sabendo que está, por um lado, fortalecendo sua instituição e, por outro, acumulando um patrimônio que poderá ser um reforço de suma importância no momento de sua aposentadoria.

O Sicoob Credicampo obteve, no exercício de 2013, um crescimento consistente dos seus ativos (27,5%), notadamente por meio da expansão do capital (26%), da base de depósitos (23%) e do aumento dos empréstimos e financiamentos (21%) às diversificadas atividades de nosso quadro social. Esses negócios geraram excedentes, que além de possibilitarem remunerar o capital do associado, estão sendo disponibilizados na forma de sobras cuja destinação deverá ser deliberada na Assembleia. Entre os diversos segmentos beneficiados com recursos, destacamos a atividade agropecuária com a liberação de mais de 9 milhões em Crédito Rural. Nas ações empreendidas para esse aumento do Crédito Rural, destacamos o fundamental papel do Agente de Negócios da Cooperativa com a assistência, orientação e acompanhamento prestados aos produtores na aplicação dos recursos financiados.

A abertura de agência do Sicoob Credicampo em Ouro Branco veio consolidar a presença da Cooperativa em uma das áreas de maior desenvolvimento da região, levando-lhes todos os benefícios do Cooperativismo de Crédito na reciclagem local das riquezas produzidas por seus cidadãos.

Constituiu-se fonte de muita alegria, ao longo do exercício de 2013, os bons resultados mútuos obtidos com novas parcerias firmadas com associações civis e os frutos colhidos por instituições filantrópicas apoiadas pelo Sicoob Credicampo, no cumprimento de seu papel social e princípio cooperativista de envolvimento com a comunidade.

Não podemos deixar de registrar nosso contentamento com o êxito obtido pelo Sicoob Credicampo, logo no início do ano, em julgamento pelo STJ – Superior Tribunal de Justiça dos últimos recursos na ação movida contra nossa Cooperativa pela Unimed São João del Rei. Essa decisão veio confirmar publicamente aquilo que para nós sempre foi ponto de honra e compromisso inalienável, que é a lisura, fidedignidade e transparência dos atos e operações do Sicoob Credicampo. Registramos nossos agradecimentos a todos que participaram direta ou indiretamente no decurso de quase 14 anos do processo – colaboradores e testemunhas -, e especialmente à magistral atuação dos advogados Dr. Tiago Muzzi e Dr. João Muzzi e suas respectivas equipes.

Encontrando-se em avançado estágio de amadurecimento empresarial e administrativo, graças ao apoio do associado, ao profissionalismo e dedicação do quadro de colaboradores, o empenho e envolvimento dos membros dos órgãos estatutários nas decisões estratégicas, o Sicoob Credicampo encontra-se preparado para um grande e necessário passo a ser dado pela Assembleia Geral Extraordinária convocada para 14 de março de 2014: “a adoção de novo modelo de governança corporativa”.

O novo modelo de governança, que deve ser adotado por todas as Cooperativas de Crédito de Livre Admissão, tem por propósito básico a segregação dos poderes da gestão estratégica (Conselho de Administração) dos da gestão executiva (Diretoria). A adoção do modelo é uma determinação do Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução 3.859 de 27/05/2010, com base no que foi facultado ao Sistema Cooperativo de Crédito pela Lei Complementar 130 de 17/04/2009.

Ante os desafios que nos aguardam, sempre munidos de muita fé, estaremos sempre renovando nossos esforços na consolidação do Sistema Sicoob e no cumprimento da missão de nossa Cooperativa para que tenhamos o exercício de 2014 ainda mais exitoso!

A Administração

O Sicoob, a maior
instituição financeira
cooperativa do país, é assim:

**associa os melhores
resultados financeiros a
grandes valores da vida.**



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31/12/2013 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICCOOB CREDICAMPO, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2013 o SICCOOB CREDICAMPO completou 28 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2013, o SICCOOB CREDICAMPO obteve um resultado de R\$1.084.506,06 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 9,77%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$25.957.093,57. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 40.220.940,09.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$9.766.587,80	75,72%
Carteira Comercial	R\$30.454.352,29	24,28%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2013 o percentual de 9,41% da carteira, no montante de R\$ 3.901.828,66.

4. Captação

As captações, no total de R\$50.820.616,08, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 22,99%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 14.940.772,03	29,40%
Depósitos a Prazo	R\$ 35.879.844,05	70,60 %

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2013 o percentual de 9,41% da captação, no montante de R\$ 3.901.828,66.

5. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do SICCOOB CREDICAMPO era de R\$11.103.299,24. O quadro de associados era composto por 10.495 cooperados, havendo um acréscimo de 1,43% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CREDICAMPO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,33% nos níveis de "A" a "C".

7. Plano de Negócios

No exercício de 2013 a cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à concessão de autorização para funcionamento ou alteração estatutária para cooperativa de livre admissão, em conformidade com o disposto no artigo 11º da Resolução CMN nº 3.859/2010.

O plano de negócio foi elaborado com projeções para os exercícios de 2011 a 2014. Atualmente, o desempenho é satisfatório, especialmente para depósito à vista, capital e reservas, cujos percentuais de alcance das metas são respectivamente de 122,21%, 126,09% e 166,43%.

Acompanhamento Bacen Projeções para Livre Admissão		
Descrição	Projetado	Realizado – 12/2013
Disponibilidades	24.202.562,97	27.866.369,84
Operações de crédito	40.100.000,37	40.220.940,09
Outros Créditos	-	1.594.743,35
Permanente	1.225.198,71	2.956.693,25
Ativo total	65.527.762,05	72.638.746,53
Depósito a vista	12.225.395,30	14.940.772,03
Depósitos remunerados	35.000.480,12	35.879.844,05
Relações Interfinanceiras	6.484.371,77	7.308.519,65
Outras obrigações	488.377,29	3.406.311,56
Patrimônio Líquido	11.332.137,55	11.103.299,24
Capital	6.663.288,17	8.401.505,02
Reservas	1.346.479,30	2.240.996,63
Sobras	3.322.370,08	460.797,59
Passivos totais	65.527.762,05	72.638.746,53

8. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRALCREDIMINAS, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

9. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na Assembleia Geral Ordinária (AGO), com mandato até a AGO de 2014 o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Em 2013, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

10. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICAMPO aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

11. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2013, a Ouvidoria do SICOOB CREDICAMPO registrou 2 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

As duas reclamações foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

12. Gerenciamento de Risco e de Capital

12.1 Risco operacional

a) O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/2006.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob Consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (Scir)

e) As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.

f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes as perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, Sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

g) Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR)

h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

12.2 Risco de mercado

a) O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/2007.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

12.3 Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

12.4 Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. – SICOOB CREDICAMPO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
- III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Entre Rios de Minas (MG), 17 de janeiro de 2014

Conselho de Administração e Diretoria

Balanços Patrimoniais

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira LTDA SICOOB Credicampo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos reais – R\$)			
ATIVO		31/12/2013	31/12/2012
Circulante	Nota	56.195.955,47	42.567.539,03
Disponibilidades		1.895.713,73	848.875,70
Relações Interfinanceiras	4	25.957.093,57	19.863.094,04
Centralização Financeira - Cooperativas		25.957.093,57	19.863.094,04
Operações de Crédito	5	27.853.579,04	21.330.065,19
Operações de Crédito		29.080.429,50	22.701.603,61
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(1.226.850,46)	(1.371.538,42)
Outros Créditos	6	476.006,59	507.720,88
Rendas a Receber		234.659,21	125.438,90
Diversos		262.170,14	401.737,05
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(20.822,76)	(19.455,07)
Outros Valores e Bens		13.562,54	17.783,22
Despesas Antecipadas		13.562,54	17.783,22
Realizável a Longo Prazo		13.486.097,81	11.514.992,86
Operações de Crédito	5	12.367.361,05	10.460.382,85
Operações de Crédito		12.367.361,05	10.460.382,85
Outros Créditos	6	1.118.736,76	1.054.610,01
Diversos		1.118.736,76	1.054.610,01
Permanente		2.956.693,25	2.870.573,91
Investimentos	7	1.546.200,72	1.542.837,92
Participações em Cooperativas		1.546.200,72	1.542.837,92
Imobilizado em Uso	8	1.166.435,28	1.144.615,47
Imóveis de Uso		418.119,35	418.119,35
Outras Imobilizações de Uso		1.655.040,01	1.450.424,85
(Depreciações Acumuladas)		(906.724,08)	(723.928,73)
Diferido	9	244.057,25	183.120,52
Gastos de Organização e Expansão		702.195,90	546.681,85
(Amortização Acumulada)		(458.138,65)	(363.561,33)
TOTAL DO ATIVO		72.638.746,53	56.953.105,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos reais – R\$)

PASSIVO		31/12/2013	31/12/2012
Circulante	Nota	58.944.788,29	46.079.266,98
Depósitos	10	50.820.616,08	41.321.592,94
Depósitos à Vista		14.940.772,03	11.140.073,43
Depósitos a Prazo		34.845.412,91	29.065.469,51
Outros Depósitos		1.034.431,14	1.116.050,00
Relações Interfinanceiras	11	5.880.550,21	2.820.329,54
Repasses Interfinanceiros		5.880.550,21	2.820.329,54
Relações Interdependências		6.040,86	9.568,42
Recursos em Trânsito de Terceiros		6.040,86	9.568,42
Outras Obrigações		2.237.581,14	1.927.776,08
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		6.094,33	3.314,69
Socials e Estatutárias	12.1	422.537,90	441.592,27
Fiscais e Previdenciárias	12.2	446.700,97	373.265,29
Diversas	12.3	1.362.247,94	1.109.603,83
Exigível a Longo Prazo		2.590.659,00	1.670.247,14
Relações Interfinanceiras	11	1.427.969,44	-
Repasses Interfinanceiros		1.427.969,44	-
Outras Obrigações	12.4	1.162.689,56	1.670.247,14
Diversas		1.162.689,56	1.670.247,14
Patrimônio Líquido	14	11.103.299,24	9.203.591,68
Capital Social		8.401.505,02	6.673.884,03
De Domiciliados no País		8.596.240,40	6.684.743,03
(Capital a Realizar)		(194.735,38)	(10.859,00)
Reserva de Lucros		2.240.996,63	1.872.358,57
Sobras Acumuladas		460.797,59	657.349,08
TOTAL		72.638.746,53	56.953.105,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos reais – R\$)**

	Nota	SEGUNDO SEMESTRE 2013	2013	2012
Ingressos da Intermediação Financeira		4.417.787,73	8.583.572,26	8.974.567,63
Operações de Crédito		4.417.787,73	8.583.572,26	8.974.567,63
Dispêndios da Intermediação Financeira		(1.752.429,47)	(3.025.861,02)	(3.056.566,88)
Operações de Captação no Mercado		(1.334.483,40)	(2.314.863,18)	(2.150.376,00)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(130.791,96)	(208.753,23)	(203.836,93)
Provisão para Operações de Créditos	5.e	(287.154,11)	(502.244,61)	(702.353,95)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		2.665.358,26	5.557.711,24	5.918.000,75
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		(1.944.576,62)	(3.763.750,87)	(3.895.324,65)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		464.351,43	796.056,65	553.230,54
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		767.884,39	1.418.864,04	1.246.708,73
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(2.162.623,97)	(4.062.979,76)	(3.440.929,88)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(1.937.849,81)	(3.796.035,38)	(3.256.873,67)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(98.574,10)	(185.902,56)	(233.644,84)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.104.842,48	1.824.718,21	1.348.839,90
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	18	89.966,29	569.934,84	266.072,93
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	19	(172.573,33)	(328.406,91)	(378.728,36)
Resultado Operacional		720.781,64	1.793.960,37	2.022.676,10
Resultado Não Operacional	20	6.393,96	4.531,54	16.004,32
Resultado Antes da Tributação e Participações		727.175,60	1.798.491,91	2.038.680,42
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativas		(27.160,58)	(42.633,83)	(29.184,08)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(23.496,35)	(38.969,60)	(27.448,13)
Participações no Lucro (Sobra)	16	(79.867,61)	(145.411,43)	(199.522,58)
Sobras / Perdas antes das Destinações		596.651,06	1.571.477,05	1.782.525,63
Destinações Legais e Estatutárias	14.d		(623.708,47)	(731.654,95)
F.A.T.E.S.			(255.070,41)	(205.775,68)
Reserva Legal			(368.638,06)	(525.879,27)
Lucro / Prejuízo (Sobra/Perda) Líquido			947.768,58	1.050.870,68
Juros ao Capital Próprio	17		(486.970,99)	(393.521,60)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos reais – R\$)**

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldo em 31/12/11	5.210.674,27	(3.173,00)	1.346.479,30	586.161,50	7.140.142,07
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	586.033,53			(586.033,53)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(127,97)	(127,97)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	712.726,93	(7.686,00)			705.040,93
Por Devolução (-)	(157.414,49)				(157.414,49)
Sobras ou Perdas Líquidas				1.782.525,63	1.782.525,63
Provisão de Juros ao Capital				(393.521,60)	(393.521,60)
Subscrição do Juros ao Capital	391.443,77				391.443,77
IRRF sobre Juros ao Capital	(58.720,98)				(58.720,98)
Fates Atos Não Cooperativos				(74.305,86)	(74.305,86)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			525.879,27	(525.879,27)	-
. F A T E S				(131.469,82)	(131.469,82)
Saldos em 31/12/12	6.684.743,03	(10.859,00)	1.872.358,57	657.349,08	9.203.591,68
Saldos em 31/12/12	6.684.743,03	(10.859,00)	1.872.358,57	657.349,08	9.203.591,68
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	657.283,00			(657.283,00)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(66,08)	(66,08)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.166.687,38	(183.876,38)			982.811,00
Por Devolução (-)	(320.833,66)				(320.833,66)
Sobras ou Perdas Líquidas				1.571.477,05	1.571.477,05
Provisão de Juros ao Capital				(486.970,99)	(486.970,99)
Subscrição do Juros ao Capital	480.204,13				480.204,13
IRRF sobre Juros ao Capital	(71.843,48)				(71.843,48)
Fates Atos Não Cooperativos				(162.910,89)	(162.910,89)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			368.638,06	(368.638,06)	-
. F A T E S				(92.159,52)	(92.159,52)
Saldos em 31/12/13	8.596.240,40	(194.735,38)	2.240.996,63	460.797,59	11.103.299,24
Saldos em 30/06/13	7.701.813,11	(265.007,69)	1.872.358,57	775.227,28	10.084.391,27
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	567.732,08	70.272,31			638.004,39
Por Devolução (-)	(81.665,44)				(81.665,44)
Sobras ou Perdas Líquidas				596.651,06	596.651,06
Provisão de Juros ao Capital				(287.372,28)	(287.372,28)
Subscrição do Juros ao Capital	480.204,13				480.204,13
IRRF sobre Juros ao Capital	(71.843,48)				(71.843,48)
Fates Atos Não Cooperativos				(162.910,89)	(162.910,89)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			368.638,06	(368.638,06)	-
. F A T E S				(92.159,52)	(92.159,52)
Saldos em 31/12/13	8.596.240,40	(194.735,38)	2.240.996,63	460.797,59	11.103.299,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos reais – R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2013	2013	2012
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	727.175,60	1.798.491,91	2.038.680,42
IRPJ / CSLL	-50.656,93	-81.603,43	-56.632,21
Participações no Lucro(Sobra)	-79.867,61	-145.411,43	-199.522,58
Provisão para Operações de Crédito	-17.546,63	-144.687,96	427.384,25
Provisão de Juros ao Capital	-287.372,28	-486.970,99	-393.521,60
Depreciações e Amortizações	155.667,96	297.563,42	270.319,55
	447.400,11	1.237.381,52	2.086.707,83
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	-4.826.945,53	-8.285.804,09	-779.779,00
Outros Créditos	509.201,97	-32.412,46	-185.754,49
Outros Valores e Bens	15.530,46	4.220,68	30.134,67
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	494.256,18	3.800.698,60	1.378.737,19
Depósitos sob Aviso	-16.000,70	-81.618,86	-58.100,02
Depósitos a Prazo	2.281.227,21	5.779.943,40	3.068.399,85
Outras Obrigações	733.385,10	-197.752,52	103.017,76
Relações Interdependências	-6.991,84	-3.527,56	5.991,50
Relações Interfinanceiras	4.129.774,50	4.488.190,11	-867.770,18
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	3.760.837,46	6.709.318,82	4.781.585,11
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	977,57	4.815,07	-
Aplicação no Diferido	-	-	-3.850,00
Inversões em Imobilizado de Uso	-97.639,34	-385.135,03	-555.210,47
Inversões em Investimentos	-4.868,29	-3.362,80	-295.962,30
Outros Ajustes	-	-	27.120,05
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	-101.530,06	-383.682,76	-827.902,72
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	638.004,39	982.811,00	705.040,93
Devolução de Capital à Cooperados	-81.665,44	-320.833,66	-157.414,49
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-66,08	-127,97
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-162.910,89	-162.910,89	-74.305,86
FATES Sobras Exercício	-92.159,52	-92.159,52	-131.469,82
Subscrição do Juros ao Capital	480.204,13	480.204,13	391.443,77
IRRF sobre Juros ao Capital	-71.843,48	-71.843,48	-58.720,98
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	709.629,19	815.201,50	674.445,58
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	4.368.936,59	7.140.837,56	4.628.127,97
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	23.483.870,71	20.711.969,74	16.083.841,77
No Fim do Período	27.852.807,30	27.852.807,30	20.711.969,74
Variação Líquida das Disponibilidades	4.368.936,59	7.140.837,56	4.628.127,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira LTDA
SICOOB Credicampo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - SICOOB CREDICAMPO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05 de setembro de 1985, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/10, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDICAMPO possui Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Desterro de Entre Rios, Jeceaba, Lagoa Dourada, Ouro Branco, Piedade dos Gerais, São Brás do Suaçuí.

O SICOOB CREDICAMPO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 30/03/2007 ocorreu a transformação do SICOOB CREDICAMPO para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 15/05/2007.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os

pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 17/01/2014.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e depósitos bancários	1.895.713,73	848.875,70
Relações interfinanceiras – centralização financeira	25.957.093,57	19.863.094,04
Total	27.852.807,30	20.711.969,74

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2013 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

4. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/10.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

MODALIDADE	31/12/2013			31/12/2012
	Circulante	Não	Total	
Adiantamento a Depositante	96.707,25	-	96.707,25	84.112,42
Cheque Especial / Conta Garantida	1.338.184,16	-	1.338.184,16	1.172.785,73
Empréstimos	14.979.092,10	9.960.677,92	24.939.770,02	20.743.249,06
Financiamentos	950.981,31	915.412,85	1.866.394,16	1.980.683,89
Renegociações	-	-	-	-
Títulos Descontados	3.440.147,16	-	3.440.147,16	3.433.573,66
Financiamento Rural Próprio	2.071.007,15	388.185,72	2.459.192,87	2.928.552,37
Financiamento Rural Repasses	5.839.322,36	1.468.072,57	7.307.394,93	2.819.029,33
(-) Provisão para Perda com Operações de Crédito	(861.862,45)	(364.988,01)	(1.226.850,46)	(1.371.538,42)
Total	27.853.579,04	12.367.361,05	40.220.940,09	31.790.448,04

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 2013	Provisões 2013	Total em 2012	Provisões 2012
AA		Normal	-	-	48,01	-
A	0,5%	Normal	7.355.406,16	36.777,03	4.942.931,83	24.714,66
B	1%	Normal	21.300.154,43	213.001,54	16.000.193,60	160.001,94
B	1%	Vencidas	414.202,99	4.142,03	201.126,44	2.011,26
C	3%	Normal	10.049.233,99	301.477,02	9.826.995,37	294.809,86
C	3%	Vencidas	830.536,88	24.916,11	503.365,93	15.100,98
D	10%	Normal	427.937,72	42.793,77	444.449,16	44.444,92
D	10%	Vencidas	178.129,35	17.812,94	113.961,40	11.396,14
E	30%	Normal	101.938,25	30.581,48	41.605,86	12.481,76
E	30%	Vencidas	133.822,60	40.146,78	165.529,99	49.659,00
F	50%	Normal	32.129,66	16.064,83	71.827,15	35.913,58
F	50%	Vencidas	143.659,42	71.829,71	47.036,47	23.518,24
G	70%	Normal	90.912,83	63.638,98	33.956,87	23.769,81
G	70%	Vencidas	86.861,78	60.803,25	317.476,39	222.233,47
H	100%	Normal	62.571,63	62.571,63	28.819,94	28.819,94
H	100%	Vencidas	240.292,86	240.292,86	422.662,05	422.662,05
Total Normal			39.420.284,67	766.906,28	31.390.827,79	624.956,45
Total Vencido			2.027.505,88	459.943,67	1.771.158,67	746.581,14
Total Geral			41.447.790,55	1.226.849,95	33.161.986,46	1.371.537,59
Provisões			(1.226.850,46)		(1.371.538,42)	
Total Líquido			40.220.940,09		31.790.448,04	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.375.300,09	10.855.721,56	9.675.143,18	24.906.164,83
Títulos descontados	3.314.656,04	125.491,12		3.440.147,16
Financiamentos	306.530,42	670.692,29	889.171,45	1.866.394,16
Financ. Rurais	774.560,26	7.188.981,12	1.803.046,42	9.766.587,80
Total	8.771.046,81	18.840.886,09	12.367.361,05	39.979.293,95

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRIÇÃO	Vencido	A Vencer			
	A partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Setor Privado - Comércio	168.505,69	2.066.639,15	2.620.965,70	1.823.220,46	152.808,70
Setor Privado - Indústria	3.232,21	76.942,70	178.885,77	24.981,60	0,00
Setor Privado - Serviços	10.260,42	698.851,43	809.907,19	507.477,74	14.282,85
Pessoa Física	189.163,04	5.281.143,60	15.067.042,22	9.061.756,39	586.378,40
Outros	4.073,58	223.789,38	274.189,82	130.870,55	3.925,36
Total	375.234,94	8.347.366,26	18.950.990,70	11.548.306,74	757.395,31

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	1.371.538,42	944.154,17
Constituições / Reversões no período	430.507,57	707.664,09
Transferência para Prejuízo no período	(575.195,53)	(280.279,84)
Total	1.226.850,46	1.371.538,42

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2013	% Carteira Total	31/12/2012	% Carteira Total
Maior Devedor	279.447,34	0,67	287.503,66	0,87
10 Maiores Devedores	2.297.134,22	5,54	1.985.549,63	5,99
50 Maiores Devedores	7.729.471,89	18,65	6.544.361,51	19,73

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	1.472.383,43	1.330.136,99
Valor das operações transferidas no período	575.195,53	280.279,84
Valor das operações recuperadas no período	(23.888,47)	(138.033,40)
Total	2.023.690,49	1.472.383,43

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Rendas a Receber (a)	234.659,21	125.438,90
Devedores por depósito e garantia (b)	1.118.736,76	1.054.610,01
Títulos e Créditos a Receber (c)	64.775,61	55.119,07
Devedores Diversos	164.062,56	300.664,95
Diversos (Adiantamentos e antecipações salariais, adiantamento por conta)	33.331,97	45.953,03
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (c)	(20.822,76)	(19.455,07)
Total	1.594.743,35	1.562.330,89

(a) Em Rendas a receber estão registrados: rendas a receber de serviços prestados (R\$4.852,61) e outra rendas a receber no montante total de R\$229.806,60, sendo R\$207.485,83 de renda da centralização financeira, R\$10.833,94 de renda convênio a receber INSS e R\$11.486,83 de renda tarifa interbancária TIB;

(b) Em devedores por depósitos em garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS Depósito Judicial (R\$372.452,01), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$616.369,19), INSS patronal sobre cédulas de presença dos Conselheiros (R\$13.632,96) e CSLL (R\$116.282,60);

(c) Em Títulos e créditos a receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$43.952,85) e cessões de crédito (R\$20.822,76).

7. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Participações em Cooperativa Central de Crédito	1.517.625,72	1.514.262,92
Participações Instituição Financeira Controlada	28.575,00	28.575,00
Total	1.546.200,72	1.542.837,92

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2013	31/12/2012
Imobilizações em Curso	-	-	64.655,56
Terrenos	-	1.263,04	1.263,04
Edificações	4%	416.856,31	416.856,31
Móveis e Equipamentos	10%	767.656,73	663.050,57
Sistema de Processamento de Dados	20%	777.610,70	659.833,01
Sistema de Segurança	10%	90.421,60	56.601,22
Sistemas de Comunicação	10%	19.350,98	6.284,49
TOTAL		2.073.159,36	1.868.544,20
Depreciação acumulada		(906.724,08)	(723.928,73)
TOTAL		1.166.435,28	1.144.615,47

9. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de Pas.

10. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do SICOOB - FGS, o qual é um Fundo constituído pelas Cooperativas do Sistema SICOOB regido por regulamento próprio.

11. Relações interfinanceiras / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2013		31/12/2012
			Circulante	Não Circulante	
BANCOOB	Entre 2%a.a e 8,75%	Diversos	5.880.550,21	1.427.969,44	2.820.329,54

12. Outras Obrigações

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	266.546,31	274.154,43
Cotas de capital a pagar	11.428,64	2.190,77
Outras obrigações (b)	144.562,95	165.247,07
Total	422.537,90	441.592,27

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF;

(b) Em outras obrigações estão registrados as gratificações e participações dos colaboradores.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e Contribuições sobre Lucros	26.111,52	15.761,28
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	4.015,66	21.874,48
Impostos e Contribuições sobre Salários	116.872,87	85.331,51
Outros (a)	92.226,69	76.133,22
Provisão para Riscos Fiscais (b)	207.474,23	174.164,80
Total	446.700,97	373.265,29

(a) Refere-se a IRRF sobre aplicações financeiras (R\$11.787,41); ISSQN a recolher (R\$3.130,38); PIS faturamento a recolher (R\$622,24); COFINS a recolher (R\$3.829,20) e IRRF sobre juros ao capital (R\$72.857,46);

(b) Refere-se a provisão ISSQN incidente sobre os atos cooperativos.

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Cheques Administrativos (a)	419.016,08	545.348,65
Despesas de pessoal	608.219,13	385.930,02
Outras despesas administrativas (b)	46.841,33	50.884,50
Credores diversos - País	68.493,76	53.534,82
Cheques descontados (c)	219.677,64	73.905,66
Total	1.362.247,94	1.109.603,65

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2013;

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia/gás (R\$6.777,93), aluguéis (R\$15.976,52), auditoria externa (R\$10.848,60), transporte (R\$5.365,00), seguro (R\$1.188,44) e outras administrativas (R\$6.684,84);

(c) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2013.

12.4 Diversas – Exigível a longo prazo

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2013		31/12/2012	
	Provisão para Contingências	Depósitos judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS sobre folha de pagamento	182.627,28	179.799,20	148.673,19	146.358,70
PIS sobre os atos cooperativos (a)	192.652,81	192.652,81	186.795,63	186.795,63
COFINS sobre os atos cooperativos (a)	616.369,19	616.369,19	596.282,11	596.282,11
INSS	-	13.632,96	13.034,24	13.034,24
CSLL	116.282,60	116.282,60	112.139,33	112.139,33
Provisão ação prestação de contas (b)	-	-	599.714,51	-
Outras contingências (c)	54.757,68	-	13.608,13	-
Total	1.162.689,56	1.118.736,76	1.670.247,14	1.054.610,01

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia;

(b) Refere-se a reversão provisão ação Unimed nos autos nº 0090296-39.1999.8.13.0625, julgado improcedente, em última instância, revertida em fevereiro de 2013;

(c) Refere-se a Depósito Judicial INSS – Conselheiros no valor de R\$13.632,96, provisão de juros de operações de crédito de repasse R\$1.124,72 e provisão passivo trabalhista R\$40.000,00.

13. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDICAMPO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Compõem o capital social o montante de R\$23.500,00, cujo recurso é proveniente do produto Sicoob Cotas Partes, disponibilizado pelo BANCOOB, que tem como objetivo atender às necessidades de capitalização das cooperativas, tornando disponível a linha de crédito para os associados das cooperativas de crédito singulares.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da

Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 15 de Março de 2013, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$657 mil.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2013	2012
Sobra líquida do exercício	1.084.506,06	1.389.004,03
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	162.910,89	74.305,86
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	921.595,17	1.314.698,17
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 40%	368.638,06	525.879,27
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	92.159,52	131.469,82
Sobra à disposição da Assembléia Geral	460.797,59	657.349,08

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Receita de Prestação de Serviços	751.148,54	519.814,24
Despesas específicas de atos não cooperativos	111.539,32	167.333,33
Despesas aroriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	408.251,24	262.314,14
Resultado Operacional	231.357,98	90.166,77
Receitas (despesas) não operacionais, liquidas	4.531,54	16.004,32
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	235.889,52	106.171,09
Imposto de renda e contribuição social	72.978,63	31.865,23
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	162.910,89	74.305,86

16. Participações no Lucro (Sobra)

A cooperativa provisionou participação de resultado, visando recompensar os colaboradores do SICOOB CREDICAMPO, mediante o cumprimento da meta anual de resultado, de acordo com a política de remuneração homologada junto ao Ministério do Trabalho.

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio e remunerou o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2013	2012
Recuperação de encargos e despesas e outras rendas operacionais – Reversão provisão ação Unimed nos autos nº 0090296-39.1999.8.13.0625, julgado improcedente, em última instância.	364.812,12	
Devolução de recursos do Fundo de Ressarcimento de Valores FRV (R\$36.791,76)	36.791,76	
Recuperação de encargos e despesas	56.603,15	12.606,27
Outras	111.727,81	253.466,66
Total	569.934,84	266.072,93

19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2013	2012
Despesas de Atualização de Impostos e Contribuições	23.188,87	18.555,60
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	47.814,17	22.982,21
Contribuição ao Fundo Garantidor de Depósitos	176.776,18	152.928,49
Cancelamento de Tarifas Pendentes	48.975,30	70.338,71
Outras Despesas Operacionais	31.652,39	113.923,35
Total	328.406,91	378.728,36

20. Resultado não operacional

Descrição	2013	2012
Receitas não operacionais – Ganhos de Capital	(17.369,40)	(52.760,99)
Despesas não operacionais – Prejuízos na avaliação de Valores e Bens	12.837,86	36.756,67
Total	(4.531,54)	(16.004,32)

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2013:

Montante das operações ativas (carteira de crédito)	% em relação à carteira total
325.401,59	0,52%
Montante das operações passivas (aplicações financeiras)	% em relação à carteira total
253.408,08	0,79%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2013:

Operações ativas – Saldo em 31/12/2013			
Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD (provisão para crédito de liquidação)	% da operação de crédito em relação à carteira
Ch. especial e conta garantida	3.743,12	91,40	0,27%
Crédito rural	41.085,94	726,15	0,42%
Empréstimos e financiamentos	144.953,33	2.378,07	0,54%
Títulos descontados	3.043,35	30,43	0,09%

Operações passivas – Saldo em 31/12/2013		
Aplicações financeiras	% em relação à carteira total	Taxa média - %
728.431,27	2,0%	88,5 % a 97,5 % Pré fixado 91% a 96,5% do CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	7,15% a.m	7,15% a.m
Conta Garantida	5,90% a.m	5,90% a.m
Desconto de Cheques	2,36% a 3,8% a.m	2,36% a 3,8% a.m
Empréstimos	1,10 a 2,52% a.m	1,10 a 2,52% a.m
Crédito Rural - RPL	1,49% a 1,95% a.m	1,49% a 1,95% a.m
Crédito Rural - Repasses	4,5% a 5,5% a.a	4,5% a 5,5% a.a
Aplicação Financeira	88,5 % a 97,5 % Pré fixado 91% a 96,5% do CDI	88,5 % a 97,5 % Pré fixado 91% a 96,5% do CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL	
MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013	
Conta Corrente (adiantamento a depositantes, cheque especial e CG)	0,18%
CPR (física, financeira, coobrigações)	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,33%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,05%
Credito Rural	0,10%
Aplicações Financeiras	1,99%

No exercício de 2013, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários – Exercício	
Honorários	291.065,12
Gratificação da Diretoria	26.297,47
Cédulas de presença	94.910,51
FGTS	25.388,91
INSS	94.254,06

22. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – Sicoob Central Crediminas

O SICOOB CREDICAMPO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Minas Gerais - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICAMPO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2013, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 16 de agosto de 2013, com opinião sem modificação.

23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2013, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 232.826,91 (31/12/2012 - R\$ 218.018,29), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDICAMPO, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis 7 processos, totalizando aproximadamente R\$ 137 mil.

Entre Rios de Minas (MG), 17 de janeiro de 2014.

Saulo Mascarenhas Ribeiro de Oliveira
Diretor Presidente

João Bosco Firmino dos Reis
Diretor Vice-Presidente

Luciane Emília Dinis
Contadora CRC MG 107.401/O

Parecer do Conselho Fiscal

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira LTDA SICCOB Credicampo

Autorização de funcionamento nº 850 de 06/11/1985 emitida pelo BACEN
Rua Jeceaba, 107 - Entre Rios de Minas –MG - Fone/Fax (031) 3751.1403

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do SICCOB CREDICAMPO – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda, reunido em 21/01/2014, em cumprimento do art. 39, inciso “II” do Estatuto Social, declara, para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOB CREDICAMPO – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda, em 31 de dezembro de 2013.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, das demonstrações financeiras relativas ao período de 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2013.

ENTRE RIOS DE MINAS (MG), 21 de Janeiro de 2014.

Geraldo Magela Pereira de Resende (Coordenador do Conselho Fiscal)

João Luiz Maia (Secretário do Conselho Fiscal)

Sálvio de Freitas Maia (Conselheiro Fiscal)

Relatório de Auditoria Sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração e Cooperados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CAMPOS DA MANTIQUEIRA LTDA - SICOOB CREDICAMPO
Entre Rios de Minas – MG

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2014.



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG 069.261/O
CNAI 1953

